

A GRAMÁTICA DO INTERIOR: CONSIDERAÇÕES WITTGENSTEINIANAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE MENTE E LINGUAGEM

THE GRAMMAR OF THE INTERIOR: WITTGENSTEINIAN CONSIDERATIONS ABOUT THE
RELATION BETWEEN MIND AND LANGUAGE

Gabriel Martins Ferreira¹

Resumo: O presente artigo pretende examinar a relação entre linguagem e mente a partir da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein. O objetivo central do presente artigo é o de apresentar as linhas gerais do tratamento dado por Wittgenstein aos conceitos ligados a filosofia da mente. Pretende-se mostrar em que medida a teoria dos jogos de linguagem, a qual passa a imperar no pensamento de Wittgenstein a partir da década de 30, está intimamente ligada ao modo como o filósofo ressignifica a dicotomia interior\exterior não mais a partir de um ponto de vista metafísico, mas a partir de parâmetros gramaticais.

Palavras-Chave: Wittgenstein, linguagem, mente, psicologia, filosofia

Abstract: *The present article aims to examine the relationship between language and mind in Ludwig Wittgenstein's philosophy of language. More precisely, the central goal of the present paper is to present the general lines of the treatment given for Wittgenstein to the concepts connected to philosophy of mind. It aims to show in which way the theory of language games that has become the standpoint of his philosophy in the 30's decade is closely connected to the way through the philosopher attributes other meaning to the dualism internal\external, not from a metaphysical point of view, but from a grammatic point of view.*

Keywords: *Wittgenstein, language, mind, psychology, philosophy*

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UnB (PPG-FIL). Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (2017) e mestrado em Filosofia pela Universidade de Brasília (2021). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Considerações iniciais

A filosofia da mente é um campo de investigação filosófica que se consolidou como disciplina acadêmica apenas no século XX. Todavia, tão logo se fixou como disciplina, suas investigações se tornaram fundamentais para uma compreensão mais profunda de assuntos atinentes a outras disciplinas filosóficas, como a filosofia da linguagem, antropologia filosófica e problemas metafísicos tradicionais. No século XX, especialmente a partir do surgimento daquilo que se convencionou chamar de filosofia analítica, houve um processo de “profissionalização” das diversas disciplinas filosóficas, como a institucionalização de certos temas filosóficos tradicionais. Este processo de profissionalização da filosofia pôde ser visto de modo explícito na filosofia da ciência a partir do final dos anos de 1920 com o famoso Círculo de Viena e do Grupo de Berlim. Este processo de profissionalização da filosofia semelhante àquele da filosofia da ciência se espalhou por outras disciplinas filosófica que passaram a adotar uma postura institucional dispondo de cadeiras oficiais em universidades, currículos, revistas especializadas, congressos e jargões próprios. Isso também aconteceu com as investigações concernentes ao mental. Embora a filosofia desde a antiguidade tenha tido a mente como objeto de investigação, somente com a publicação de trabalhos como *O conceito de mente* de Gilbert Ryle em 1949 e as *Investigações filosóficas* de Ludwig Wittgenstein em 1953 é que o movimento de profissionalização da filosofia alcançou o âmbito da investigação acerca do mental. A obra de Wittgenstein, especialmente a partir dos anos 1930, consagra um enorme espaço ao estudo do vocabulário mentalista, dedicando enorme esforço na compreensão de expressões como interior, exterior, dor, desejo, sensação etc. Ao procurar explicar como se usa o vocabulário mentalista, como aprendemos a usar estes termos, como eles se relacionam com outras palavras, Wittgenstein se transformou em um interlocutor indispensável nas discussões contemporâneas acerca da filosofia da mente.²

A discussão acerca do termos mentalistas realizada por Wittgenstein, procura responder dois importantes problemas no âmbito da filosofia da mente, a saber, (I) qual a natureza entre linguagem e mente; e (II) como podemos ter acesso àquilo que denominamos mental.³ Na expectativa de encaminhar uma resposta às duas questões supramencionadas, o presente artigo pretende abordar aspectos centrais do pensamento de Wittgenstein com vistas a mostrar como ainda seria possível falar

2 Cf. LECLERC, 2018, p.17 ss.

3 PERUZZO JÚNIOR, Leo. ‘Linguagem e mente na Filosofia de Wittgenstein’. In: *Argumentos*, ano 7, n.13,2015, pág.197

de um “mundo interior” segundo as diretrizes de sua filosofia da linguagem, especialmente aquela exposta pelo filósofo nas *Investigações filosóficas*. Para isso, o presente artigo divide-se em três partes, a saber, (I) uma exposição geral da autocrítica de Wittgenstein, isto é, a mudança de paradigma na compreensão do fenômeno da linguagem; (II) a análise de Wittgenstein dos termos ligados ao domínio do mental e (III) como os ganhos obtidos pela nova visão de Wittgenstein nos ajudariam a compreender como seria possível ainda falar de um mundo interior sem recair em um dualismo metafísico.

1 Linhas gerais da autocrítica de Wittgenstein: do *Tractatus* às *Investigações*

A teoria wittgensteiniana apresentada no *Tractatus logico-philosophicus* (doravante TLP) é orientada por duas diretrizes metodológicas, em primeiro lugar, a tese de Frege de acordo com a qual o sentido de uma proposição, por uma análise lógica de seus elementos constituintes, pode ser plenamente determinado.⁴ A segunda diretriz é a perspectiva de Russell acerca da univocidade do significado dos elementos básicos de uma proposição, isto é, o significado das estruturas elementares de uma proposição poderia ser circunscrito de maneira categórica; outra herança de Russell, também assumida por Wittgenstein, é a ontologia atomista, isto é, o conhecimento de um objeto é dependente do conhecimento das combinações lógicas nas quais este objeto se encaixaria, ou seja, da forma lógica concernente a tal objeto.

A teoria da proposição de Wittgenstein tal como ele a concebe no TLP assume dois pressupostos, a saber, (I) as proposições verdadeiras descrevem fatos e (II) que proposições com sentido descrevem aqueles estados de coisa, ou fatos possíveis. De acordo com o próprio Wittgenstein, fato “é o caso” (TLP 2) e estados de coisas “é uma ligação de objetos” (TLP 2.01). Nesse sentido, segundo Wittgenstein sustenta a hipótese de acordo com a qual através da linguagem, “figuramos os fatos” (TLP 2.1), ou seja, pela linguagem realizamos projeções sobre a realidade, e tal projeção seria o espaço de possibilidade de resposta do mundo. Nesse sentido a linguagem, no TLP, possui primordialmente uma função representacional com a qual seria possível trabalhar deixando de lado, por assim dizer, a função comunicacional da linguagem. Nesse sentido, a relação entre a linguagem e o real sendo uma relação projetiva, possuiria um caráter falível, pois, a linguagem não é capaz de antecipar de forma analítica todas as possibilidades de ação do real, por assim dizer, os modelos projetados pela linguagem sobre a realidade poderiam ser desmentidos pelo real e assim a

4 Cf. TLP 2.0201

linguagem seria como “constrangida” pela realidade. Nesta acepção, uma proposição com sentido é aquela que de certa forma permite ver ou conceber um estado de coisas necessário no qual tal proposição poderia ser considerada verdadeira ou falsa. Portanto, a proposição a partir dos elementos constitutivos do real (os objetos), e suas combinações lógicas, projetaria sobre o real as suas possibilidades de respostas. A figuração, portanto, é o modo pelo qual a linguagem impõe ao mundo através das possibilidades lógicas de combinação entre os objetos, as possíveis respostas. Assim competirá ao mundo determinar se as possibilidades projetadas pela proposição se efetivariam ou não.

A ontologia atomista assumida por Wittgenstein no TLP é subserviente de sua teoria do sentido linguístico segundo a qual a articulação proposicional possível de um estado de coisas concerne às relações lógicas dos objetos uns com os outros. Assim, o mundo responde a partir da projeção feita se a proposição descreve um estado de coisas possível, ou se a proposição descreve algo que é o caso (um fato). Desse modo, as proposições pelas quais podemos representar (figurar) os estados de coisas, de acordo com a teoria pictórica da representação encerra a natureza do mundo. Pois, a forma lógica dos elementos da figuração deve possuir uma isomorfia lógica com os elementos do mundo a fim de a proposição poder ser capaz de representar adequadamente o mundo, ou como diz o próprio Wittgenstein “a forma da afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração” (TLP 2.151). Os nomes segundo Wittgenstein são os elementos últimos das proposições designam os objetos, e o modo como estes nomes estão dispostos na proposição designaria o modo como os objetos na realidade estariam também dispostos. Desse modo, esclarece-se a ideia de acordo com a qual a ontologia seria subserviente a teoria do sentido linguístico, pois a o sentido de uma proposição elementar é o estado de coisas por ela afigurado, e tal proposição é apenas “uma figuração da situação na medida em que é logicamente articulada” (TLP 4.032).

Todavia, Wittgenstein foi paulatinamente abandonando esta concepção de linguagem como espelho da realidade, em prol de uma concepção pragmática da linguagem. Parte da assim chamada autocrítica de Wittgenstein aparece no *Livro azul*, conjunto de notas ditadas por Wittgenstein a seus alunos de Cambridge por volta de 1933\34, onde aparece pela primeira vez a teoria dos jogos de linguagem a qual se repetirá nas *Investigações filosóficas*. Esta autocrítica wittgensteiniana se assenta em um tripé argumentativo, por assim dizer, qual seja (I) a partir da crítica tecida pelo filósofo ao mentalismo, ou seja, a ideia de acordo com a qual existiriam regras linguísticas independentemente do uso das palavras; (II) a recusa de uma concepção referencialista de significado, isto é, a de que nomes se referem a objetos, (tal como aparece no TLP); e (III) a ideia da linguagem como um espelho

do mundo. De acordo com o *Livro azul* “aquilo que anima o signo é sua utilização” (WITTGENSTEIN, 1992, p.30). Segundo a nova concepção apresentada no *Livro azul*, Wittgenstein considera que o erro está em sempre procurarmos uma espécie de imagem (mentalismo) na qual o signo encontraria seu sentido.⁵ O componente mentalista, segundo Wittgenstein, serviria de base para a distinção entre pensamento e linguagem. É por conta desta divisão originada pelo fato de atribuirmos o significado de um signo a uma imagem mental somos levados a acreditar que o pensamento está fora da linguagem – no espírito, por exemplo – e que as palavras encontrariam seus significados em referência a algo extrínseco à própria linguagem. Contra esta concepção Wittgenstein argumenta que na realidade se dá exatamente o contrário, o significado de um signo (uma palavra) não é obtido por uma imagem mental, ou por processos extralinguísticos, mas é a linguagem a condição de possibilidade de tais processos.⁶

A partir da ideia da linguagem como primordialmente uso de palavras, Wittgenstein introduz a importante noção de jogos de linguagem. Esta noção de jogo de linguagem rompe com aquilo que Wittgenstein chama de “desejo de generalização” ao promover comparações entre os diversos usos possíveis de uma palavra e também dá primazia à ideia da linguagem como uma *práxis*, ou como ele mesmo designará nas *Investigações filosóficas* (doravante PU), a linguagem representando “uma forma de vida”. Estes dois componentes podem nos servir de fio condutor para entender a autocrítica wittgensteiniana ao TLP. Pois, enquanto no TLP a linguagem assume uma posição representacional do mundo (como o espelho do mundo), em PU a linguagem assume o papel de coordenação de ações dentro de uma prática intersubjetiva. Nesse sentido a posição do atomista do TLP, os nomes designarem objetos atômicos, é revogada em PU, pois estes nomes não possuem mais a estrutura isomórfica com os objetos, pois, a partir desta nova perspectiva os nomes são atribuídos aos objetos dentro de uma prática linguística na qual é necessário aos falantes ou aos jogadores uma familiaridade com as regras envolvidas nesta ou naquela prática linguística. Consequentemente, a relação entre as palavras e as coisas é uma relação baseada no uso imanente da palavra por parte dos falantes.

À luz dos jogos de linguagem aquela noção de fato assumida pelo TLP é abandonada, porque o conceito de fato representaria uma espécie de instância extralinguística em face da noção de jogos

5 Segundo Wittgenstein: “Aquilo que deve ser adicionado aos signos inertes para que eles se transformem em uma proposição viva e algo de imaterial, dotado de propriedades diferentes das dos próprios signos.” (WITTGENSTEIN, 1992, p. 26).

6 Sobre esta temática, Wittgenstein é claro: “Por conseguinte, é enganador falar do pensamento como se se tratasse de uma atividade mental. Podemos dizer que o pensamento é essencialmente a atividade que opera com signos”. (WITTGENSTEIN, 1992, p. 29).

de linguagem desenvolvida por Wittgenstein em PU. A partir da noção de jogos de linguagem, o sentido de uma proposição não mais se decide pela sua remissão aos fatos, mas sim pelas regras do jogo de linguagem na qual ela é usada, não há mais uma instância por detrás da linguagem (o mundo mental, por exemplo) ou para além dela (o mundo dos fatos, por exemplo), na qual por uma análise das proposições até os seus elementos mais básicos poder-se-ia determinar o seu significado último é agora inviabilizado, pois o significado de um signo ou de uma proposição se decide na dinâmica de seu uso dentro dos vários jogos de linguagem. As regras dos jogos de linguagens são determinadas nas diversas práticas realizadas pelos sujeitos falantes e somente no interior destas práticas é definido o que é seguir ou transgredir uma regra, e não recorrendo a uma instância extralinguística, como uma forma proposicional geral ou a criação de uma linguagem ideal. Sob tal aspecto, utilizar a linguagem é uma competência, é o domínio de técnicas de uso das palavras, e tais competências nos são ensinadas reforçando assim a tese de acordo com a qual a linguagem é uma prática intersubjetiva. Na perspectiva de Wittgenstein desenvolvida em PU não se pode mais desvendar o funcionamento da linguagem e explicá-lo como no TLP, resta apenas descrever o uso da linguagem. Os problemas de filosofia nas *Investigações filosóficas* seguem sendo problemas de linguagem tal como Wittgenstein havia dito no TLP, porém já não é mais o caso de resolvê-los buscando explicar a lógica de nossa linguagem, mas sim de descrevê-los para então dissolvê-los, pois estes tais problemas surgem de um mau funcionamento dos jogos de linguagem, quando nós estamos dentro de um jogo de linguagem e não sabemos utilizá-lo ou quando o utilizamos de maneira incorreta.

2 A análise wittgensteiniana dos termos mentais

A análise gramatical do vocabulário mentalista executada por Wittgenstein consiste basicamente em explicitar as regras da utilização destes termos em seu uso linguístico, em outras palavras, compreender o funcionamento dos termos mentais em seus respectivos jogos de linguagem. Esta análise gramatical dos termos ligados a psicologia tem seu início no final da década de 20, quando Wittgenstein retoma suas atividades acadêmicas e se estendem até a década de 50, portanto até a data de sua morte. O tratamento dado por Wittgenstein a estes termos acompanha a guinada filosófica de seu pensamento entre o *Tractatus logico-philosophicus* e as *Investigações filosóficas*, ou apelando para uma frase consagrada nos manuais, a guinada da concepção da linguagem como espelho para a linguagem como ferramenta, daí o excuro anterior para explicitar as linhas gerais desta mudança em sua postura filosófica.

Um dos principais lugares da obra wittgensteiniana no qual os conceitos psicológicos são examinados é nas *Observações sobre a filosofia da psicologia* (doravante BPP), a qual destinaremos nossa atenção. Neste texto, percebe-se um enorme esforço da parte de Wittgenstein na tentativa de buscar estabelecer uma investigação conceitual nos usos destes verbos, para dirimir as confusões conceituais construídas pela ciência e o senso comum acerca destes conceitos, exatamente por atrelarem estes conceitos a um modelo de linguagem referencialista, isto é, um modelo de linguagem objeto-designação. Neste contexto, a estratégia de Wittgenstein é mostrar como os conceitos mentais são apreendidos no uso e adestramento linguístico, ou seja, não existe um domínio privado ao qual tais termos fariam referências, não existem substâncias espirituais ancoradoras para a significação de termos psicológicos. Existem *in facto* as regras, que permitem um uso correto destes termos na linguagem corrente, e, portanto, o esforço de Wittgenstein é apresentar as gramáticas a partir das quais estes termos se constituem enquanto complexos jogos de linguagem, nos quais os enunciados linguísticos e comportamentos característicos em contexto de uso, dinamizam a complexidade e fluidez destas gramáticas. Wittgenstein sustenta:

Os verbos psicológicos se caracterizam pelo fato de que a terceira pessoa do presente é identificável pela observação, e a primeira não. Sentença na terceira pessoa do presente: informação. Na primeira pessoa do presente: manifestação. (Não é bem assim). Sensações: suas conexões internas e analogias. Todas têm duração genuína. Possibilidade de especificação do início e do término. Possibilidade de simultaneidade, de ocorrência simultânea. Todas têm graus e misturas qualitativas. Grau: mal se nota – não se conserva. Nesse sentido, não há sensação de posição nem de movimento. Lugar da sensação no corpo: distingue a visão e a audição das sensações de pressão, temperatura, sabor e dor. (Se as sensações caracterizam a posição dos membros e os movimentos, o lugar delas, de qualquer modo, não é junta). Sabe-se da posição dos membros e seus movimentos. Podemos, por exemplo, citá-los, caso nos seja perguntado. Tal como se sabe o lugar de uma sensação (uma dor) no corpo. A reação de tocar o lugar dolorido. Não há, na sensação, um sinal característico referente ao seu local. Tal como não há um que diga respeito ao tempo na imagem da lembrança. (Sinais característicos temporais na fotografia). A dor se distingue das outras sensações pela expressão característica. Por isso ela tem afinidade com a alegria (que não é uma sensação). “As sensações nos dão a conhecer o mundo exterior”. Imaginação: Representações auditivas, representações visuais – como elas se distinguem das sensações? Não é pela “vivacidade”. As representações não nos instruem sobre o mundo exterior nem correta nem incorretamente. (Representações não são alucinações, tampouco fantasias). Não posso imaginar um objeto enquanto o estou vendo. A diferença entre os jogos de linguagem: “Olhe para a figura!” e “Imagine a figura!”. A imaginação está sujeita à vontade. Representações não são imagens. Eu infiro qual objeto estou imaginando com base na semelhança entre ele e a imagem mental. Pode-se responder à pergunta “O que você está imaginando?” com uma figura. (BPP II §63)

Poderíamos esquematizar o tratamento que Wittgenstein dá aos conceitos mentais nos seguintes termos:

I – Assimetria Pronominal: A assimetria consiste no fato de enunciados conterem verbos psicológicos, quando usados na primeira pessoa no presente do indicativo serem tidos por exteriorizações, enquanto na terceira pessoa são tidos como relatos ou descrições comportamentais.⁷

II – Assimetria Epistemológica: A questão aqui se relaciona com o valor de verdade atribuídas aos enunciados com verbos psicológicos. Não faz nenhum sentido duvidar do valor de verdade dos enunciados com verbos psicológicos em primeira pessoa, por exemplo, não faz sentido algum duvidar do valor de verdade do seguinte enunciado ‘eu quero comer uma maçã’. Não teria sentido indagar: ‘como você pode provar isso’. Sob tal aspecto somente faria sentido falar em conjecturas, dúvidas em relação a outras pessoas, ou em outras palavras, somente cabe dúvida e conjecturas acerca de enunciados de terceira pessoa.

III – Expressões Verbais Características: A tradição filosófica cometeu o erro de hipostasiar os verbos psicológicos, como se eles fossem a designação de atos, processos ou estados acessíveis somente ao sujeito e passíveis de diferenciação apenas apelando para algum tipo de âmbito extralinguístico, como por exemplo, a introspecção. Contra este equívoco no qual a tradição filosófica insiste em permanecer, Wittgenstein sugere estabelecer os contextos e as expressões características do uso destes verbos. Deste modo, conceitos como querer, pensar, crer, sonhar, etc., podem ser compreendidos a partir do contexto no qual são utilizados. Todavia, Wittgenstein nos adverte acerca da necessidade de dispor de habilidade para detectar que o uso destes verbos não necessariamente está atrelado ao seu significado comum e imediato, assim expressões como “Eu quero dançar” podem indicar (I) um ato de volição; (II) uma decisão, (III) ou a expressão de um desejo. Por isso somente o contexto de uso no qual esta expressão está sendo utilizada poderá nos indicar qual é propriamente o sentido no qual o verbo querer está sendo empregado.⁸

IV – Comportamentos Típicos: Há um comportamento típico que acompanha o uso gramatical de certos verbos psicológicos. Por exemplo, a sensação de dor é acompanhada por um grito, ou pelo choro. O mesmo vale para outras sensações, como ficar ruborizado de vergonha, arregalar os olhos de vergonha, fazer careta, etc. Alguns destes comportamentos são “naturais” em nós, isto é, não somos *ensinados* a reagir de uma determinada maneira, isto é, ninguém pode nos ensinar a ficarmos ruborizados quando nos sentimos envergonhados. Porém, outros comportamentos nos são ensinados, como por exemplo, a pronunciar frases em tom de desaprovação ou mágoa. Todavia, é a relação entre

7 BPP I §693: Dessa forma, se quero dizer que as nossas “manifestações”, com as quais a psicologia lida, não são de forma nenhuma descrições de conteúdos vivenciais, então tenho de dizer que as coisas que são chamadas de descrições de conteúdos vivenciais são apenas um pequeno grupo daquelas manifestações “incontestáveis”.

8 BPP I §51

verbos psicológicos e comportamentos característicos não é uma relação simples de correspondência, do tipo “verbo psicológico X → comportamento Y”, por exemplo, o comportamento chorar não implica necessariamente em dor, pode implicar alegria, tristeza. Do mesmo modo, ficamos vermelho de vergonha ou de raiva. E o mesmo vale para outros verbos psicológicos, de modo que não devemos incorrer no erro de acordo com o qual verbos psicológicos *designam necessariamente este comportamento*.

V – Interno e externo: No §63 de BPP II, acima citado, lemos “sensações nos dão a conhecer o mundo externo”. Na mesma seção ainda encontramos a assertiva wittgensteiniana de acordo com a qual “as representações não nos instruem sobre o mundo exterior nem correta nem incorretamente” (WITTGENSTEIN, 2008, p.274). Encontramos, uma afirmação de mesmo teor, no §148 de BPP II, onde lemos “para distingui-las das sensações [i.e. as emoções]: elas não nos informam sobre o mundo exterior. (WITTGENSTEIN, 2008, p.291)”. Diante deste quadro, chegamos a óbvia conclusão de que as emoções (na concepção de Wittgenstein⁹) não nos forneceriam nenhum tipo de instrução acerca do mundo exterior, ao passo que as sensações nos ofereceriam esta instrução.

As afirmações de Wittgenstein não podem ser tomadas de modo apressado e desavisado, por assim dizer, pois, assim supor-se-ia que o filósofo estaria reproduzindo o velho dualismo cartesiano entre físico e mental, onde de um lado teríamos o mundo físico – o domínio do público, exterior, com objetos perceptíveis – e do outro teríamos o mundo mental – âmbito no qual teríamos o âmbito do privado, do interior. Poder-se-ia com isso, acusar Wittgenstein de reeditar esta mesma dicotomia, mas agora na roupagem mundo exterior e mundo interior. Todavia, a posição de Wittgenstein é outra, porquanto ele considera o problema do interior\exterior a partir de uma posição distinta desta do dualismo.

A proposta de Wittgenstein é a de ruptura com a concepção de acordo com a qual interno e externo possam ser considerados a partir do modelo objeto-designação, no qual a palavra interior pudesse ser tomada como um nome para *designar* um conjunto de *entidades* tais como, estados, eventos e atos mentais formando um “*hall*” interior de entidades privadas visíveis apenas por um “olho espiritual” à moda de Descartes. Já alertamos acerca da assimetria de uso dos verbos psicológicos na terceira e na primeira pessoa do presente do indicativo, pois o uso destes verbos em primeira pessoa não caracteriza descrições ou relatos e sim exteriorizações. Em realidade, tais exteriorizações tratam de expressões gramaticais semelhantes aos comportamentos primitivos que se

9 Acerca das emoções, Wittgenstein sustenta: “Elas têm em comum a duração genuína, um curso. [...] Diferença com relação às sensações: elas não são localizadas (tampouco são difusas!).” (WITTGENSTEIN, 2008, p.291)

tornaram cada vez mais complexos no processo de formação dos conceitos.¹⁰ Consequentemente, pode-se inferir a existência de algo chamado de interior, na medida em que existem jogos de linguagem de auto ou heterodescrição, isto é a possibilidade de falar de *nossos* estados e dos estados de *outros*.

Portanto, à luz da teoria wittgensteiniana dos jogos de linguagem o que se chama de interior é algo cuja gramática possui critérios especiais, mas ainda sim todos eles critérios públicos. Sob tal aspecto, a questão acerca do externo se situa em um patamar de discussão distinto e mantém relação com um outro parâmetro, a saber “estar sujeito à vontade”. As representações estão sujeitas à vontade de um determinado sujeito, enquanto as sensações não. Aqui poderíamos ser induzidos a pensar nas representações como efeitos derivados de algum tipo de provocação a nossa vontade, que as produziria de maneira mecânica. Todavia, a vontade não é a *causa* de nossas representações, pelo menos não do modo tradicional segundo o qual a filosofia concebeu a vontade como causa de alguma coisa. Sujeição à vontade é tão somente um critério gramatical para a distinção entre conceitos psicológicos.¹¹

Quando Wittgenstein aponta como características das sensações nos ensinarem algo acerca do externo e as representações não, ele está querendo enfatizar a *distinção gramatical* entre os verbos psicológicos. Isso se torna premente quando se compara os jogos de linguagem nos quais estes verbos são utilizados, por exemplo, “Veja esta figura”, “Represente esta figura” ou “Ouça esta melodia” e “Imagine esta melodia”. É possível atribuir às sensações verdade e falsidade, existem critérios de correção para elas, por exemplo quando se tem dúvidas acerca da cor de um objeto, pode-se apresentar o objeto e então sanar a dúvida, o mesmo não se dá com as representações. Isto não é possível nas sensações, pois, o sujeito do ponto de vista dos jogos de linguagem onde figuram as sensações se porta como observador. Está sendo exigido por Wittgenstein a necessidade de um discernimento correto do uso das palavras com vistas a evitar mal-entendidos. As palavras utilizadas para representações e sensações envolvem práticas de uso distintas que não dizem respeito a nenhum tipo de processo mental.

Devemos ter presente aqui um importante apontamento de Wittgenstein vinculando o imaginar (ou representar) a uma atividade como o desenhar. Neste sentido, o representar como uma atividade mantém uma relação com a vontade na medida em que quando digo para alguém “Imagine

10 Wittgenstein argumenta: “Se perguntarem a nós ‘O que será que acontece dentro dele?’, dizemos ‘Certamente acontece muito pouca coisa dentro dele’. Mas o que sabemos disso?! Fazemo-nos uma imagem disso de acordo com seu comportamento, suas manifestações, sua capacidade de pensar” (BPP II §650).

11 Cf. BPP II §78; §79; §80

isto”, a pessoa pode ou não imaginar, pode manter esta atividade durante um determinado período de tempo. Assim, é possível responder a uma ordem para imaginar alguma coisa simplesmente dizendo “Não quero!”. Outro ponto merecedor de destaque, diz respeito ao fato de o objeto imaginado não figurar como pintura de objetos externos possível de ser visualizada por um olho do espírito, uma vez que o jogo de linguagem do representar não estabelece como regra imaginar apenas aquilo que se vê, porque através de minha imaginação posso representar o que bem me aprouver como quimeras, sereias, ciclopes, etc. Por isso, o ato representar não pode nos ensinar nada acerca do externo, pois é uma *atividade mental* e não uma cópia do mundo, daí o seu caráter criativo e por isso não está atrelada a quaisquer objetos. Todavia, embora a imaginação seja uma ‘atividade mental’ ela é uma atividade aprendida no *uso da linguagem*, portanto, uma atividade regulamentada por regras públicas e práticas intersubjetivas. Pois uma imagem mental pode ser aprendida por meio de descrição verbal ou de um desenho.

Com verbos psicológicos concernentes à sensação, como ver, ouvir e sentir, a lógica de seu uso é distinta. Verbos como ver, ouvir, sentir, não exprimem ações, mas sim *estados* nos quais se encontra o sujeito. Sob tal aspecto quando se tem o seguinte enunciado “sinta este cheiro”, não se tem a opção de não sentir o cheiro em questão, embora se possa tapar o nariz, o odor ainda continuará presente. Não é facultado ao sujeito controlar quando se instaura um som, um cheiro, ou um gosto, bem como não é facultado ao sujeito decidir por quanto tempo tais sensações perdurarão no tempo.

3 O interior à luz da dos jogos de linguagem

A esta altura de nosso argumento foi estabelecida a ideia de acordo com a qual Wittgenstein neste momento de sua trajetória e produção intelectual, procura compreender o funcionamento do(s) jogo(s) de linguagem no(s) qual(is) se utiliza a palavra interior. Já descartamos a ideia de objeto-designação de acordo com qual seria possível conectar nomes diretamente a um objeto, ou como diz Wittgenstein, “colar uma etiqueta” algo. Dentro desta perspectiva, nossas sensações receberiam seus nomes em função de um processo que não estaria submetido ao escrutínio das regras públicas de uso.¹² Sob este aspecto, pode-se em primeiro lugar concluir que uma sensação é essencialmente comunicável, por exemplo, a sensação “dor” está associada à uma expressão natural por intermédio

12 Assim, sustenta Wittgenstein: “O que se passa com a linguagem que descreve minhas vivências interiores e que apenas eu próprio posso compreender? Como designo minhas sensações com palavras? – Assim como o fazemos habitualmente? Minhas palavras que designam sensação estão ligadas a minhas manifestações naturais de sensação; - neste caso, minha linguagem não é ‘privada’. Um outro poderia compreendê-la como eu. – Mas como se daria se eu não possuísse manifestações naturais da sensação, mas apenas a sensação? E, pois, associo simplesmente nomes a sensações e emprego esses nomes em uma descrição.” (PU §256).

da interjeição “ai!”, daí não poder ser algo privado, porque a associação de uma palavra a uma sensação é encarda por Wittgenstein como parte de um longo processo de aprendizagem, que nos conduz paulatinamente ao longo de nossa formação como seres humanos (portanto, seres envolvidos em práticas intersubjetivas) a substituir a palavra “ai”, ou comportamentos ainda mais primitivos como um choro ou grito, por expressões linguísticas cada vez mais sofisticadas dentro de jogos de linguagem cada vez mais complexos.

Outra conclusão importante obtida é aquela de acordo com a qual *exprimir* é a primeira forma pela qual somos capazes de *designar* uma sensação.¹³ Quando nomeamos uma sensação, frequentemente não nos damos conta de que este nome dado a ela é oriundo de um amplo e complexo contexto no qual está presente a linguagem, assim quando devemos explicar para alguém o modo pelo qual a palavra “dor” se movimenta num determinado jogo de linguagem, nos damos conta da complexidade do jogo de linguagem no qual esta palavra se encontra. Nos apercebemos do fato de uma palavra não poder ser utilizada sem recurso a outras palavras, o uso de uma palavra traz consigo o pressuposto de uma ampla e intrincada rede de usos, de modo que a maneira como a palavra se impõe determina o modo como se estabelecerá a sua relação com as outras palavras.¹⁴

Ora, uma vez que estamos falando de uma linguagem acerca de vivências e dos sentimentos, ao concordarmos com a argumentação wittgensteiniana de acordo com a qual não há algo como uma linguagem privada, não estaríamos também extirpando também a existência de um registro de *minhas vivências e sensações* e também de uma linguagem na qual estivessem presentes tais elementos? A refutação da linguagem privada não extirpa a possibilidade de uma linguagem do interior, Wittgenstein está exigindo atenção para o fato de este registro de minhas vivências, que desde Descartes é o domínio *interior*, é todo ele exprimível, isto é, pode ser posto em linguagem implicando no fato de os termos utilizados para exprimi-lo não adquirem seu significado em um âmbito extralinguístico onde pudessem encontrar tal sustentáculo.¹⁵ Sob tal aspecto, o interior deixa de ser o palco no qual figurariam experiências privadas e estados mentais, e passa a figurar como mais uma palavra a mais presente em nossa *práxis* linguística. Neste quadro teórico, a tarefa é de compreender os jogos de linguagem nos quais estão envolvidas as palavras interior e exterior, de modo a tornarmos seus usos claros e distintos. Sob tal prisma, o interior deixa de ser visto como o ponto arquimediano

13 Cf. MARQUES, 2012, p.87

14 HEBECHE, 2002, p.80

15 MARQUES, 2012, p.93

sobre o qual se funda o exterior, e vice-versa, de modo que o dualismo interior\exterior é finalmente retomado despido de sua ornamentação metafísica.¹⁶

Assim, a cortina na qual o interior está envolvido se deve a dificuldade em relação a possibilidade de nosso acesso a ele. Segundo os parâmetros da teoria wittgensteiniana dos jogos de linguagem já não podemos nos refugiar, por assim dizer, em uma filosofia da consciência na tentativa de estabelecer o significado de termos e proposições relativas ao mental. Assim há uma espécie de névoa responsável por turvar a nossa visão do interior, causando a sua indeterminação e nos levando ao equívoco de supormos seu ocultamento. A indeterminação do interior se deve ao modo como os conceitos psicológicos são usados na linguagem, e como Wittgenstein supõe, nós usamos de modo incorreto estes conceitos, causando mal-entendidos como a ocultação do interior sob super-conceitos ou meta-regras. Nesse sentido, o interior acaba também por ser tomado como um âmbito que como num passe de mágica se manifesta na linguagem. Todavia nada está oculto à gramática, pois se algo fosse oculto não despertaria o menor interesse da linguagem. Nesse sentido, o oculto surge quando a linguagem opera no vazio, como se fosse possível a ocultação de algo encontrado fora da linguagem, ou uma ocultação metafísica.¹⁷ O conceito de interior se presta a este mesmo engano quando pressupomos consorte à noção de interior noções como profundidade e intimidade, algo cuja compreensão é complexa e, portanto, não compartilhável.

Nesse sentido, Wittgenstein sustenta a possibilidade de tomar o ocultamento em pelo menos dois sentidos: um no qual está fora da linguagem e outro passível de ser expresso, porém o sujeito opta em não fazê-lo. Sob tal aspecto, o engano surge quando erroneamente se supõe o interior (e por conseguinte, também o exterior) como uma designação de processos mentais ou estados internos; e tal engano somente pode ser afastado quando passamos a entender o interior *na* linguagem e *por meio* da linguagem. Assim, conceitos de interior e exterior são melhor compreendidos por nós quando nos afastamos das ficções da gramática como acesso direto e indireto que turvam nossa compreensão dos jogos de linguagem nos quais as palavras interior e exterior estão sendo utilizados. O engano, é justamente o pressuposto de acordo com o qual a descrição de uma expressão qualquer pudesse ser considerada como a descrição de outra coisa independentemente da própria expressão.¹⁸

16 HEBECHE, 2002, p.81

17 Em BPP II §586 lemos: “Ao ocultar algo de mim, ele pode ocultá-lo de tal maneira que eu não apenas nunca vou achá-lo, mas que achá-lo seja algo absolutamente impossível. Este seria um ocultamento metafísico”. Tradução modificada por mim.

18 HEBECHE, 2002, p.85

Conclusão

Conforme foi sustentado ao longo deste trabalho, ainda faz sentido falar de interior a partir dos parâmetros estabelecidos pela filosofia tardia de Wittgenstein, porém já estamos como devidamente prevenidos em relação a tentação metafísica de pressupor o interior como uma espécie de caixa secreta à qual somente “eu” tenho acesso. São clássicas as afirmações do filósofo nas seções 435 e 580 de PU, segundo as quais “nada está escondido” (WITTGENSTEIN, 1979, p.132) e “um processo interior necessita de critérios exteriores” (WITTGENSTEIN, 1979, p.154), respectivamente. Assim à guisa de uma conclusão, conviria perguntar afinal, o que é o interior para Wittgenstein? Conforme estabelecemos na seção anterior, ainda seria legítimo falar do interior a partir dos parâmetros estabelecidos pela filosofia tardia de Wittgenstein. Porém graças a teoria dos jogos de linguagem oferecida pelo filósofo, não mais cedemos à tentação metafísica de pressupor o interior como uma espécie de caixa secreta à qual somente “eu” tenho acesso. A desconstrução de tal visão, ou melhor dizendo, o esclarecimento do mau uso dos jogos de linguagem envolvendo o interior foi levado a cabo por Wittgenstein quando de sua refutação do argumento da linguagem privada, bem como a recusa do filósofo de objetos privados de conhecimento, como por exemplo, *meus* estados internos.

Todavia, a já comentada, assimetria entre a *primeira* e a *terceira* pessoa é aquilo que nos permite pressupor a existência de um interior na filosofia da psicologia de Wittgenstein. É nesta direção que devemos ler a seguinte declaração de Wittgenstein:

A incerteza: se uma pessoa realmente tem essa sensação ou apenas está simulando que a tem. Mas é claro que também é incerto se ele não está apenas simulando que finge. A única diferença é que esse fingimento é mais raro e não tem razões tão fáceis de entender (BPP I §137) [...] A incerteza da declaração ‘ele está com dores’ poderia ser chamada de constitutiva (BPP I §141).

O *outro* se mantém sempre como uma espécie de zona de dubiedade, posto que não dispomos de critérios para estabelecer o que se passa com ele, e jamais seremos capazes de *saber*, em sentido estrito, aquilo que nele se passa como *sabemos* aquilo que em *mim* se passa. Todavia, tal assimetria não é fruto da existência de uma instância extra-linguística, à qual somente eu possa acessar. A assimetria tem sua origem devido a duas causas, quais sejam, (I) porque a expressão linguística pela qual o outro exterioriza um sentimento pode ser inautêntica e (II) devido a minha inaptidão para a predição do comportamento alheio, pois, posso me equivocar acerca do estado do outro.

A assimetria entre primeira e terceira pessoa é constitutiva de nossas frases acerca do interior, porém tal assimetria não está assentada numa incapacidade estrutural de acessar o interior

do outro, como se este fosse uma espécie de “caixa preta” vedada ao acesso alheio, mas sim a possibilidade de um sujeito exteriorizar de forma *inautêntica*, ou em outras palavras, a possibilidade que um sujeito tem de *dissimular*. Nesse sentido, acreditamos já ter condição de apresentar uma conclusão para o nosso artigo, na medida em que podemos agora oferecer uma resposta para a pergunta ‘afinal, o que é o interior para Wittgenstein?’, a resposta segundo nos parece é: *o interior em Wittgenstein não representa o âmbito no qual estariam presentes as vivências possíveis ou não serem expressas quer sejam por comportamentos primitivos, quer sejam por sinais linguísticos, mas antes, o interior é a possibilidade de um sujeito expressar de modo inautêntico, ou seja, a sua capacidade para dissimular*, isto propriamente se poderia chamar de interior na filosofia da psicologia de Wittgenstein.

O tópico da dissimulação ocupa um lugar privilegiado na última filosofia de Wittgenstein, e constitui certamente um dos tópicos mais difíceis de sua filosofia, e tratá-lo aqui excederia os limites de um trabalho como o que ora nos propomos aqui realizar. Nesse sentido, deixamos o tratamento devido a tal tópico bem como possíveis desdobramentos para serem realizados em trabalhos futuros, de tal sorte que nos resta apenas ficar com as palavras de Wittgenstein segundo as quais “nosso jogo de linguagem é apenas uma extensão do comportamento mais primitivo, por isso nosso jogo de linguagem é comportamento” (WITTGENSTEIN, 2008, p.46).

Referências bibliográficas

- HEBECHE, Luiz. *O mundo da consciência: ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- LECLERC, André. *Uma introdução à filosofia da mente*. Curitiba: Appris, 2018.
- MARQUES, Antonio Carlos. *O interior: linguagem e mente em Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- PERUZZO JÚNIOR, Léo. Linguagem e mente na filosofia de Wittgenstein. *Argumentos*, ano 7, n. 13 - Fortaleza, jan./jun. 2015
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Observações sobre a filosofia da psicologia*. Trad. Ricardo Hermann Ploch Machado. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- _____. *Tractatus lógico-philosophicus*. Trad., Apresentação e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *O livro azul*. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1992.